



SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901  
Telefone: (84) 3232-2125 e Fax: @fax\_unidade@ - www.sead.rn.gov.br

EDITAL Nº 90046/2026

Processo nº 00510050.002737/2025-14

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026**

UASG: 925538

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO VAN PARA O CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES AÉREAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CIOPAER/RN, UNIDADE AÉREA PÚBLICA VINCULADA À SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE - SESED/RN, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 357.515,63 (trezentos e cinquenta e sete mil quinhentos e quinze reais e sessenta e três centavos)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 29/05/2026

**HORÁRIO** (Brasília/Distrito Federal): 10:00 horas

**LOCAL (PLATAFORMA):** Portal de Compras do Governo Federal: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO, POR ITEM.

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO

1. **DO OBJETO**
2. **DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
3. **ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**
4. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
5. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
6. **DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
7. **DA FASE DE JULGAMENTO**
8. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**
9. **DO TERMO DE CONTRATO**
10. **DOS RECURSOS**
11. **DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
12. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
13. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
14. **DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO**
15. **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
16. **DO REAJUSTE**
17. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90046/2026**

(Processo Administrativo nº 00510050.002737/2025-14)

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD, responsável pela fase externa das licitações oriundas da Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do Rio Grande do Norte, através de sua Pregoeira Oficial, designada pelo Ato nº 187/2025, em conformidade com a Portaria nº 299 - GS/SEAD, de 02 de março de 2023, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, do Decreto Estadual 32.449, de 07 de março de 2023, bem como da Lei Complementar Estadual nº 675, de 06 de novembro de 2020, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização do Pregão na data acima marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO VAN PARA O CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES AÉREAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CIOPAER/RN, UNIDADE AÉREA PÚBLICA VINCULADA À SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE - SESED/RN, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.2. O tipo de julgamento da licitação será **MENOR PREÇO, POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. Em caso de divergência entre as condições ou exigências do Edital e as do Termo de Referência, prevalecerá o que estiver descrito no Termo de Referência. E com relação às especificações e descrições dos itens a serem adquiridos informamos que prevalecerão todas as regras e definições estabelecidas no Termo de Referência, em comparação aos bens cadastrados que são sugeridos pelos catálogos da plataforma Comprasgov. Portanto, as cotações dos itens da licitação devem ser feitas com base nas especificações previstas no Anexo I do Edital.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123 de 2006](#).

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. **ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO**

- 3.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

4. **DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 4.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da [Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025](#), para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. **DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.	<b>DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES</b>
6.1.	A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
6.2.	Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
6.3.	O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
6.4.	Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
6.5.	O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
6.6.	Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
6.7.	O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
6.8.	O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para o item 01.
6.9.	O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
6.10.	O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.
6.11.	No modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
6.11.1.	A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
6.11.2.	Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
6.11.3.	No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
6.11.4.	Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subseqüentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
6.12.	Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
6.13.	Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
6.14.	Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
6.15.	No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
6.16.	Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
6.17.	Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
6.18.	Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada.
6.19.	Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no <a href="#">art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021</a> , nesta ordem:
6.19.1.	disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
6.19.2.	avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
6.19.3.	desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do <a href="#">Decreto nº 11.430, de 2023</a> , e da <a href="#">Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025</a> ;
6.19.4.	desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e <a href="#">Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025</a> .
6.20.	Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
6.20.1.	empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
6.20.2.	empresas brasileiras;
6.20.3.	empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
6.20.4.	empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da <a href="#">Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009</a> .
6.21.	Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
6.22.	Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
6.22.1.	A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
6.22.2.	A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
6.22.3.	O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
6.22.4.	O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
6.22.5.	É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
6.23.	Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
7.	<b>DA FASE DE JULGAMENTO</b>
7.1.	Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
7.1.1.	SICAF;
7.1.2.	Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;
7.1.3.	Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e
7.1.4.	Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
7.2.	A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
7.2.1.	A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na <a href="#">Lei nº 8.429, de 1992</a> , também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
7.3.	Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
7.4.	Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
7.4.1.	A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
7.4.2.	O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
7.4.3.	Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
7.5.	Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no <a href="#">artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022</a> .
7.6.	Será desclassificada a proposta vencedora que:
7.6.1.	contiver vícios insanáveis;
7.6.2.	não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;
7.6.3.	apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
7.6.4.	não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
7.6.5.	não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.
7.6.6.	apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
7.7.	No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
7.8.	A inexecução, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
7.8.1.	que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
7.8.2.	inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
7.9.	Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- 7.9.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 7.11.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 7.11.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 7.11.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.15. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.11.1.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até horas , para:
- 8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem
- 8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**9. DO TERMO DE CONTRATO**

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:



- a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.
10. DOS RECURSOS
- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://sei.rn.gov.br>, após o cadastro do representante legal da licitante no sistema SEI/RN através do link: [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_enviar\\_cadastro&acao\\_origem=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_enviar_cadastro&acao_origem=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0)
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. advertência;
- 11.2.2. multa;
- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 11.15.10s endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.	<b>D A IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO</b>
12.1.	Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
12.2.	A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
12.3.	A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cplsesed@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço da sede da Secretaria de Estado da Administração do RN (SEAD/RN), no Centro Administrativo do Estado - Av. Senador Salgado Filho, s/n, Bloco 08, Lagoa Nova - Natal/RN. CEP: 59064-901.
12.4.	As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
12.5.	A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
12.6.	Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
13.	<b>DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO (CONFORME ITEM 5 DO TERMO DE REFERÊNCIA)</b>
	<b>Condições de entrega</b>
13.1.	O prazo de entrega dos bens é de 90 dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única.
13.2.	Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado e ficará a cargo da CONTRATANTE decidir acerca do assunto, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
13.3.	O local e as datas de entrega do objeto: no endereço da contratante, Avenida Sen. Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado, Prédio da Escola de Governo, 1º andar - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901 das 07h às 17h, de segunda a sexta.
13.4.	O veículo deverá ser licenciado e emplacado em nome da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do RN - Sesed;
13.5.	A <b>contratada</b> será responsável por realizar todo o processo de emplacamento dos veículos, incluindo taxas e serviços necessários para a regularização junto ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-RN).
13.6.	O veículo deverá ser entregue com placas definitivas, de acordo com a legislação vigente.
13.7.	A entrega do objeto será feita mediante utilização de veículo próprio destinado ao transporte deste tipo de carga (caminhão “cegonha” ou guincho do tipo plataforma), sendo expressamente vedado o transporte do objeto da contratação pelo próprio meio até o local de entrega utilizando-se da tração própria do veículo.
13.8.	Para a perfeita utilização do objeto, a empresa contratada deverá apresentar o veículo com todos os utensílios e acessórios descritos neste Termo de Referência e pronta para utilização sem que seja necessário nenhum ajuste adicional por parte da contratante.
	<b>Especificação da garantia do serviço</b>
13.9.	O prazo de garantia é aquele estabelecido <a href="#">na Lei nº 8.078/1990</a> (Código de Defesa do Consumidor).
13.10.	A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.
13.11.	A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
13.12.	Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
13.13.	As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
13.14.	Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição das peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
13.15.	O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
13.16.	Na hipótese de inviabilidade de reparo, ou quando o veículo apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser providenciada a substituição integral do veículo no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.
13.17.	As peças, dispositivos ou mesmo veículos que forem substituídos durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias inicialmente previstas.
13.18.	Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
13.19.	O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
13.20.	As substituições de peças e a mão-de-obra, quando das revisões em garantia, deverão atender às normas técnicas de fabricação, e estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias
13.21.	A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
14.	<b>D A GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO (CONFORME ITEM 6 DO TERMO DE REFERÊNCIA)</b>
14.1.	O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
14.2.	Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
14.3.	As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
14.4.	O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
14.5.	Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
14.6.	A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos <a href="#">(Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput)</a> .
14.7.	O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III).
14.8.	O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. <a href="#">(Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º,</a> e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);
14.9.	O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);
14.10.	O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.
14.11.	O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.
14.12.	O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.
15.	<b>D OS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (CONFORME ITEM 8 DO TERMO DE REFERÊNCIA)</b>
	<b>Recebimento do objeto</b>
15.1.	Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
15.2.	Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
15.3.	O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
15.4.	O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
15.5.	No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do <a href="#">art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021</a> , comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontestada da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
15.6.	O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
15.7.	O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
	<b>Liquidação</b>
15.8.	Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão;

- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 15.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 15.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 15.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 15.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo 05 dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 15.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.
- 15.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 15.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.
- Prazo de pagamento**
- 15.16. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 15.17. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.
- Forma de pagamento**
- 15.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
- 15.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 15.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 15.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 15.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- Cessão de crédito**
- 15.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 15.23.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 15.24. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 15.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12, da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 15.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 15.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.
- 16. DO REAJUSTE (CONFORME CLÁUSULA 7ª DA MINUTA DO CONTRATO)**
- 16.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.
- 16.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 16.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 16.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 16.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 16.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 16.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 16.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico:
- 17.10.1. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e
- 17.10.2. <http://servicos.searh.rn.gov.br/searh/Licitacao> - Portal de compras do Estado do Rio Grande do Norte.
- 17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- ANEXO I - Termo de Referência
- Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar
- ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato
- ANEXO III - Modelo de proposta comercial

Natal/RN, 13 de maio de 2026.

Maretânea Medeiros de Araújo  
Pregoeira

Rossano Henriques de Souza Campos  
Equipe de Apoio

Jonas Augusto Ribeiro Helinsk

## ANEXOS DO EDITAL

## ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL  
Avenida Sen. Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado, Prédio da Escola de Governo, 1º andar - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - www.defesasocial.rn.gov.br

## TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00510050.002737/2025-14

Documento de Formalização da Demanda SESED - CIOPAER (SEI nº 36622961)

Setor requisitante: Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER

Órgão a ser beneficiado: CIOPAER

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de um veículo tipo Van, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ORD	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR TOTAL
1	Veículo tipo Van caracterizada com grafismo do CIOPAER/RN de pelo menos 15 (quinze) lugares mais um motorista	Un	01	R\$ 357.515,63	R\$ 357.515,6

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 32.449, de 7 de março de 2023.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, na forma do art. 105, da Lei nº 14.F133/2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER), órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social – SESED/RN, criado através do Decreto nº 16.467/12, de 12 de novembro de 2002, tem como missão a execução de operações aéreas de segurança pública, com atuação preventiva e repressiva na manutenção da ordem pública, defesa civil, busca e salvamento e transporte de enfermos e órgãos para transplantes. Para tanto, conta o CIOPAER com servidores da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil, na honrada missão de salvar e proteger vidas, na terra ou no mar, com o emprego de aeronaves.

Atuam os operadores do centro integrado principalmente na região da grande Natal e, por demanda, nas demais regiões do Rio Grande do Norte, com base única em Parnamirim. Eis que, pela própria natureza da atividade, está incutido em seu escopo o deslocamento para diversas localidades, tornando imprescindível a adoção de um veículo de muitos lugares para transporte de tropa e material.

O CIOPAER possui 02 (dois) helicópteros, um deles recém adquirido, o Potiguar 02. chegada de mais uma aeronave sua capacidade operativa aumentou significativamente, abrindo margens para extensão de suas atividades ordinárias em outras regiões do Estado, especialmente na Mesorregião Oeste Potiguar, que por sua vez conta com 62 municípios Contudo, tal crescimento requer investimento em formação e qualificação dos seus profissionais em razão da complexidade das atividades desenvolvidas por tais servidores.

O CIOPAER possui papel estratégico nas operações policiais de alta complexidade, abrangendo atividades que só podem ser desempenhadas com treinamento técnico-especializado como buscas, resgates, transporte de tropas, apoio aéreo aproximado, evacuação aeromédica, escoltas, operações em áreas de difícil acesso e suporte a missões policiais em ambientes urbanos e rurais. Para cumprir essa honrada missão de salvar e proteger vidas, na terra ou no mar, o CIOPAER conta com servidores da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil, utilizando o emprego de aeronaves.

Com o atual cenário de avanço da doutrina operacional e sede de aprimoramento técnico, o CIOPAER/RN possui um compromisso com a aprendizagem continuada e para isso precisa frequentemente se deslocar para outras unidades públicas ou empresas para participar de instruções especializadas, necessitando de um veículo capaz de suprir a demanda logística de transporte. Atualmente a Unidade conta apenas com 3 viaturas de 5 lugares, ficando uma à disposição do Diretor, uma à disposição de missões administrativas e rotineiras, restando apenas uma para transporte de tropa e equipamentos, o que torna ainda mais urgente a demanda ora requerida.

Outrossim, o cenário contemporâneo marcado pelo aumento da violência urbana e pela necessidade de redução do tempo-resposta, a aquisição desde tipo de veículo se torna imprescindível para transporte do material carga utilizado pela Unidade Aérea em suas operações, como macas médicas, equipamentos de primeiros-socorros, equipamento de salvamento aquático e terrestre, e até materias de exposição em eventos institucionais e transporte de tropas.

É mister destacar que, atualmente, o CIOPAER não dispõe desde tipo de veículo para suprir a necessidade supracitada. Para realização de operações complexas, este Centro Integrado depende muitas vezes de apoio logístico de outras unidades, o que limita a eficiência da ação e reduz a entrega de serviços de segurança pública à sociedade, gerando impactos negativos como **restrição de disponibilidade, insegurança em ações de Defesa Social e desnívelamento de padronização e treinamento**.

Com isso, urge a necessidade de resolver os problemas de limitação da capacidade logística de transporte deste Centro Integrado de Operações Aéreas concretizando a aquisição do objeto ante citado para melhor atender as demandas internas e externas, levando a população um serviço progressista e de excelência, sendo esta a razão de nossa existência.

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

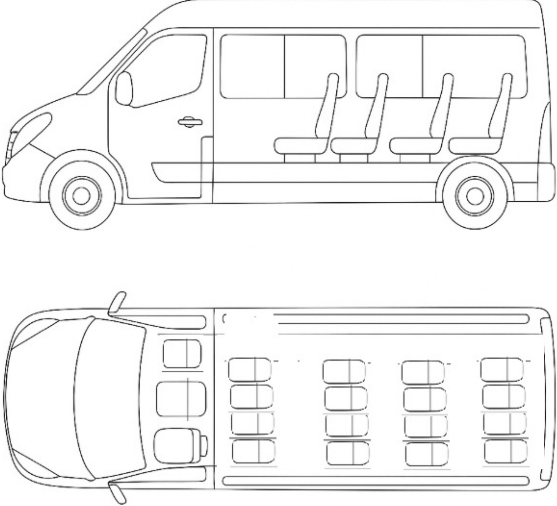
## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução consiste na aquisição de veículo automotor tipo van, 0 km, por meio de Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, observados os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

3.2. Este Termo de Referência consolida as especificações mínimas do objeto e as condições da contratação a serem observadas pelas licitantes na formulação das propostas.

Item	Especificação	Unidade	Quantidade
	<b><u>VEÍCULO TIPO VAN DE PASSAGEIROS:</u></b> <ul style="list-style-type: none"><li>Veículo com as seguintes características: Zero quilômetro, ano de fabricação igual ou superior ao ano de assinatura do contrato, motor de no mínimo 04 cilindros verticais em linha, turbo cooler, diesel ou flex, potência mínima compatível com o exigido pela atividade operacional (não abaixo de 136 cv), sistema de injeção direta, com gerenciamento eletrônico, suspensão dianteira e traseira original de fábrica, freio de serviço hidráulico de dois circuitos/disco nas rodas dianteiras e traseiras, tanque de combustível para no mínimo 70 LT;</li><li>Teto elevado e comprimento que respeite as resolução do CONTRAN,</li><li>Porta de acesso na lateral tipo corrediça. Todas as portas com dispositivo central (elétrico e mecânico) de acionamento interno para travamento/destravamento; trava elétrica das portas com telecomando na chave do veículo, originais de fábrica ou adaptado por empresa homologada pelo fabricante, inclusive na chave reserva.</li><li>Capacidade para pelo menos 15 passageiros e 1 motorista e divisória atrás da poltrona do motorista separando em 2 compartimentos. O veículo deverá possuir a configuração de capacidade de passageiros de fábrica, não sendo admitida adaptações de bancos. Poltronas individuais revestidas em courovin de alta qualidade, de forma a facilitar a higienização. Poltronas individuais com encostos <del>reclináveis</del>(dispensados aqueles alocados na última fileira).</li><li>Revestimento do piso (motorista e passageiros) com material resistente, assim como não absorvente, e lavável, na cor preta, além dos tapetes de borracha ou polivinil carbono (PVC), nos locais destinados para que ocupantes apoiem seus pés, inclusive o motorista. Em face do constante embarque e desembarque de policiais, muitas vezes em locais com lama, barro e em dias chuvosos, é necessário que a sujeira seja facilmente retirada.</li><li>Bagageiro na parte traseira do veículo, avançado sob a última fileira de bancos, com iluminação e acionamento/desligamento automático na abertura/fechamento de portas.</li><li>Isolamento termo-acústico no compartimento do motor. Equipado com protetor de cárter e câmbio. A emissão de gases deverá atender ao PROCONVE P-7 conforme resolução CONAMA nº. 342/2003 que versa sobre o controle de gases poluentes.</li><li>A suspensão dianteira deve ser do tipo independente, com barra estabilizadora; A suspensão traseira deve ser com molas originais do fabricante com amortecedores hidráulicos e barra estabilizadora, que deverão proporcionar melhor comodidade aos tripulantes durante locomoção; Câmbio com no mínimo 5 (cinco) marchas frente + ré, sistema de bloqueio de estacionamento e segurança antideslizamento;</li><li>Sistema Antitravamento de Freios (ABS) e sistema EBD (Electronic Brakeforce Distribution); Sistema de distribuição de força de frenagem;</li></ul>		



01	<p>Sistema de controle de tração;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Air bag para o motorista e passageiro do assento disposto na cabine;</li><li>• Sistema de ar condicionado completo original de fábrica (frio e quente): distribuição também para o compartimento traseiro com potência suficiente para manter a temperatura constante em todo interior do veículo; Ajuste de temperatura eletrônico.</li><li>• Direção elétrica, podendo ser eletrohidráulica ou hidráulica com volante com regulagem de altura e profundidade;</li><li>• Hodômetro digital;</li><li>• Tacômetro (conta-giros do motor);</li><li>• Sensor de estacionamento traseiro com indicação progressiva de proximidade;</li><li>• Vidros elétricos dianteiros; Todos os vidros com película tipo fumê com o máximo de escurecimento permitido pelas normas no CONTRAN usando tecnologia que não permita a visibilidade completa de meio externo para o interno e com resistência mínima de 3 anos contra desgastes.</li><li>• Tipo de pneu: Convencional, tendo como mínimo o perfil 60;</li><li>• Tipo de suspensão: Para uso severo.</li></ul> <p><b>DIVISÃO INTERNA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Cabine do Motorista:</b> A cabine será equipada com o assento do motorista e mais dois assentos;</li><li>• <b>Fileira de Assentos:</b> Imediatamente atrás da cabine do motorista, seguida de quantas fileiras quanto suficiente para atender o número total de passageiros exigido. Na sequência e atrás da primeira fileira, serão instaladas as demais fileiras conforme Van convencional de passageiros.</li></ul> <p><b>Layout divisão interna:</b></p> <div></div> <p>*A ilustração não reflete a quantidade e disposição reais de assentos do objeto da contratação</p> <p><b>EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS E ACESSÓRIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamentos obrigatórios de fábrica conforme o Código de Trânsito Brasileiro e legislação vigente. Cintos de segurança retrátil nos bancos dianteiros laterais, sendo o assento central do banco duplo com sistema retrátil ou abdominal. Alça de segurança interna, conforme linha de produção. Protetor de tanque. Encosto de cabeça em todos os bancos dianteiros e os assentos da tripulação. Jogo de tapete dianteiro em borracha, tipo bandeja. Na parte traseira o açoalho deverá ser de material resistente, que não rasgue ou se desgaste facilmente com o uso diário e nem com materiais pesados transportados.</li><li>• 01 (um) extintor de incêndio de ABC 04 kg com suporte para fixação.</li><li>• Kit Multimídia integrado ao painel do veículo com possibilidade de navegação em todo território nacional através de espelhamentos de aplicativos de navegação por GPS via aparelhos smartphone. Rádio AM/FM, entrada USB e Bluetooth e sistema de alto-falantes de alta qualidade distribuídos pelo veículo com 4 ou 5 canais. Os aplicativos (app) de multimídia poderão ser acessados com smartphones por meio de conectividade Carplay e Android Auto.</li><li>• Painel digital à frente do motorista e de fácil visualização com tecnologia de computador de bordo que calcule dados relevantes de navegação e consumo.</li></ul> <p><b>SISTEMA ELÉTRICO</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O sistema de geração elétrica deve ser suficiente para manter o funcionamento de todos os dispositivos eletroeletrônicos com o veículo estacionado ou em deslocamento.</li><li>• Todos os componentes eletroeletrônicos devem ser selecionados para minimizar as cargas elétricas de forma a não exceder a capacidade do sistema gerador do veículo.</li><li>• Todos os componentes e fiação do sistema elétrico devem ser facilmente acessíveis através de painéis para inspeção e manutenção.</li><li>• Todos os interruptores, indicadores e controles devem estar localizados e instalados de forma a facilitar sua remoção e manutenção.</li><li>• Se forem utilizados circuitos impressos, estes devem atender o item 5.6.3 da NBR 14.561.</li><li>• Deverá ser instalado em pontos estratégicos luzes independentes de led que cumpram toda a área do compartimento de passageiros da Van.</li><li>• Alarme sonoro de ré para pedestres.</li><li>• Baterias - uma bateria automotiva, tipo selada, de alto ciclo, sendo original do veículo.</li><li>• Iluminação interna - Deve ser fornecida no compartimento do motorista uma luz interna de led, operável pelo passageiro, quando não disponível pela montadora do veículo.</li><li>• A iluminação do compartimento traseiro deve ser por meio de luzes independentes de led</li><li>• As portas deverão conter na parte inferior iluminação de led acesas quando a porta estiver aberta</li><li>• As luzes fluorescentes do compartimento dos passageiros e transporte da tropa e material devem ser suficientes para iluminar todo o vão livre, o compartimento e os degraus das portas lateral e traseira.</li><li>• Iluminação externa com luzes originais do chassi tais como: faróis, lanternas, luz de seta, luz de placa, luz de freio e luz de ré conforme resolução do CONTRAN e Regulamentos e Códigos pertinentes</li><li>• Na parte interna de cada porta traseira deve haver uma lente do tipo reflexiva à luz (olho de gato) a fim de sinalizar quando as portas estiverem abertas.</li></ul>	UND01
----	--	-------

Item	Especificação do Grafismo
	<p><b>Grafismo:</b></p> <p>O veículo tipo van (base comunitária), conforme especificações técnicas já descritas no Termo de Referência, deverá receber <b>personalização visual padronizada</b> com aplicação de tinta automotiva de alta resistência, em material vinílico automotivo, resistente a intempéries, radiação solar, lavagens e variações climáticas, garantindo durabilidade mínima de 4 (quatro) anos (fundido)</p> <p>A personalização deverá seguir os seguintes critérios:</p> <p><b>1. Cor Base</b></p> <div>Edital 90046 (41268202)SEI 00510050.002737/2025-14 / pg. 9</div>

- O veículo será fornecido na cor **preta sólida** (original de fábrica ou pintado na cor preto fosco/liso, de padrão premium, sem bolhas, rugas ou imperfeições).
- 2. Identificação lateral (lado direito e esquerdo)**
- Aplicação do texto **“OPERAÇÕES AÉREAS”**, em letras maiúsculas, cor branca , fonte sem serifa (padrão Arial ou similar), posicionado na parte lateral traseira da lataria, centrado em altura.
  - Inserção do **brasão institucional do CIOPAER**, em tamanho proporcional, aplicado em adesivo nas portas dianteiras em ambos os lados.
  - Aplicação do texto **“CIOPAER 05”**, em letras maiúsculas, cor branca , centralizado em altura na parte lateral dianteira apenas na lateral direita.
- 3. Identificação traseira:**
- Aplicação do texto **“CIOPAER”**, em branco refletivo, centralizado na parte traseira.
- 4. Identificação dianteira:**
- Inserção do brasão institucional da SESED em design NEGATIVO , aplicado no centro do capô do veículo, imediatamente acima da logomarca do fabricante.
- 5. Identificação de Teto:**
- Aplicação do texto **“CIOPAER 05”**, em letras maiúsculas, cor **branca**, centralizado em altura no teto do veículo.
- 6. Características da Adesivação**
- Material: Vinil automotivo de alta performance, impressão com alto grau de detalhamento, resistente à abrasão, raios UV e produtos químicos utilizados em lavagens.
  - Fixação: Aplicação sem emendas, sobreposição ou imperfeições visuais.
  - Garantia: mínimo de **24 (vinte e quatro) meses** contra desbotamento, descolamento ou bolhas.
  - A logo do CIOPAER está anexada a seguir, e deverá estar em preto e branco e apresentar todos os detalhes descritos.

**Brasão da SESED**

- O Brasão é um elemento obrigatório em todas as viaturas caracterizadas
- O plástico adesivo representativo do Brasão da SESED tem formato de escudo
- O brasão da SESED deverá estar em preto e branco.



Brasão CIOPAER RN:



Brasão SESED RN



\*As disposições, tamanhos e símbolos poderão ser alterados, acrescentados ou suprimidos de acordo com o DEMANDANTE no momento da execução do contrato, desde que não gere prejuízo à execução do contrato, ficando a contratada responsável de apresentar layout ao fiscal do contrato para aprovação..

- 3.3. A contratação destina-se a atender à demanda do Grupamento Aéreo - CIOPAER, mediante seleção da proposta mais vantajosa, conforme as exigências técnicas e condições previstas neste Termo de Referência.
- 3.4. As exigências fixadas deverão restringir-se ao estritamente necessário ao atendimento da necessidade administrativa, preservando-se a competitividade do certame.
- 3.5. O custo com taxas, emolumentos, impostos, tributos, despesas de embarque, frete, seguro até a entrega, e quaisquer outras necessárias para a entrega do veículo em perfeitas condições de uso, devidamente licenciado e registrado em nome da SESED/RN, deverão estar inclusos no valor total da proposta apresentada.

#### Inclusão Isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados - IPI

- 3.6. Ficam isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI as saídas de veículos automotores de qualquer natureza, quando destinados à utilização nas atividades dos Corpos de Bombeiros, em todo o território nacional, conforme estabelece a Lei nº 8.058/1990.
- 3.7. A contratada deverá entregar o veículo com, no mínimo, 03 (três) anos de garantia de fábrica, cobrindo motor, câmbio e demais componentes principais, conforme especificações constantes do Termo de Referência.
- 3.8. O contratado deverá fornecer todos os materiais e equipamentos obrigatórios de segurança veicular exigidos pelo CONTRAN, além de itens adicionais descritos no Termo de Referência, garantindo a substituição imediata em caso de avarias ou defeitos.
- 3.9. O contratado deverá apresentar comprovação de que possui equipe técnica habilitada para prestação de assistência técnica e suporte pós-venda, incluindo a realização das revisões programadas dentro do período de garantia.
- 3.10. O contratado será integralmente responsável pela entrega do veículo em perfeito estado de conservação, funcionamento, e com toda a documentação exigida para o uso legal em território nacional, bem como por qualquer necessidade de manutenção ou assistência técnica durante o período de garantia contratual.
- 3.11. O contratado deverá atender a todas as normas, regulamentos e certificações aplicáveis ao veículo automotor, emitidas pelos órgãos de trânsito competentes, especialmente as estabelecidas pelo DENATRAN, CONTRAN, e demais entidades reguladoras.
- 3.12. Os veículos deverão ser entregues devidamente abastecidos de combustível, com a capacidade máxima do tanque, em razão do período de tempo necessário para inclusão dos mesmos no sistema de abastecimento do Estado, bem como, prevenir a ocorrência de qualquer tipo de pane por falta de combustível, evitando possíveis prejuízos nas bombas de combustível dos veículos.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a Contratada deverá:
- a) Separar resíduos como papéis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT sobre resíduos sólidos;
  - b) Separar e acondicionar as lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral em recipientes adequados para destinação específica, quando descartados;
  - c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
  - d) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
  - e) Substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - f) Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
  - g) Promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.
- 4.2. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade, etc.), inclusive mediante tecnologia "flex", nos termos da Lei nº 9.660, de 1998, quando possível.
- 4.3. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.
- 4.4. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes"
- 4.5. Só será admitida a oferta de veículo que possua eficiência energética equivalente a um veículo com a Etiqueta da categoria D ou superior, do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular).

##### Subcontratação

- 4.6. Não será admitida a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto contratual. É permitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a prestação de serviços acessórios: plotagem/grafismo, equipamentos e adaptações que contratante não possua a capacidade de realizar comprovadamente.
- 4.7. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.8. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.9. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo

correspondente.

**Garantia da contratação**

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

**Comprovações legais**

4.11. A contratada deverá comprovar estar em conformidade com o que preceitua o inciso V do art. 2º da Portaria Conjunta nº 13/2021 - SEAD/SEMJDH/SETHAS, que estabelece normas complementares e regulamentadoras para o cumprimento do Decreto Estadual nº 30.753/2021, que trata sobre o Programa Estadual de Aprendizagem do Rio Grande do Norte (RN APRENDIZ).

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado e ficará a cargo da CONTRATANTE decidir acerca do assunto, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. O local e as datas de entrega do objeto: no endereço da contratante, Avenida Sen. Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado, Prédio da Escola de Governo, 1º andar - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901 das 07h às 17h, de segunda a sexta.

5.4. O veículo deverá ser licenciado e emplacado em nome da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do RN - Sesed;

5.5. A **contratada** será responsável por realizar todo o processo de emplacamento dos veículos, incluindo taxas e serviços necessários para a regularização junto ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-RN).

5.6. O veículo deverá ser entregue com placas definitivas, de acordo com a legislação vigente.

5.7. A entrega do objeto será feita mediante utilização de veículo próprio destinado ao transporte deste tipo de carga (caminhão “cegonha” ou guincho do tipo plataforma), sendo expressamente vedado o transporte do objeto da contratação pelo próprio meio até o local de entrega utilizando-se da tração própria do veículo.

5.8. Para a perfeita utilização do objeto, a empresa contratada deverá apresentar o veículo com todos os utensílios e acessórios descritos neste Termo de Referência e pronta para utilização sem que seja necessário nenhum ajuste adicional por parte da contratante.

**Especificação da garantia do serviço**

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078/1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

5.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

5.11. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.13. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição das peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.15. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.16. Na hipótese de inviabilidade de reparo, ou quando o veículo apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser providenciada a substituição integral do veículo no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

5.17. As peças, dispositivos ou mesmo veículos que forem substituídos durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias inicialmente previstas.

5.18. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.19. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.20. As substituições de peças e a mão-de-obra, quando das revisões em garantia, deverão atender às normas técnicas de fabricação, e estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias

5.21. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III).

6.8. O fiscal de contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);

6.9. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);

6.10. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

6.11. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.

6.12. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

**7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta) dias**;

7.2.4.2. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **30 % (trinta por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, ou suplementação.

I - O atraso superior a **60 (sessenta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 7.1, de **10 % (dez por cento)** do valor do Contrato.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 7.1, de **8% (oito por cento)** do valor do Contrato.



- 7.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 7.1, a multa será de **6 % (seis por cento)** do valor do Contrato.
- 7.2.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 7.1, a multa será de **4% (quatro por cento)** do valor do Contrato.
- 7.2.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 7.1, a multa será de **2 % (dois por cento)** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 7.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 7.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 7.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 7.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo **máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 7.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 7.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 7.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133/21.
- 7.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**Recebimento do objeto**

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**Liquidação**

- 8.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- 8.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo 05 dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.
- 8.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**Prazo de pagamento**

- 8.16. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 8.17. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

**Forma de pagamento**

- 8.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
- 8.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.21. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Cessão de crédito**

- 8.23. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 8.23.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 8.24. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.25. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12, da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JI-01, de 18 de maio de 2020.

8.26. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8.28.

**Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.33. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.34. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

**9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento por menor preço.

**Forma de Fornecimento**

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

**Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

9.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.4. A exigência de comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, fundamenta-se nos arts. 62 a 69 da Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Pública, em conformidade com os princípios da legalidade, isonomia, eficiência e interesse público. Tais exigências são necessárias e adequadas para garantir que o contratado esteja em situação regular perante suas obrigações legais, mitigando riscos de inadimplência e de prejuízos à execução contratual.

9.5. Além disso, mostram-se pertinentes ao objeto licitado, uma vez que a aquisição de veículo automotor (VAN) envolve não apenas o fornecimento do bem, mas também obrigações acessórias, como garantia, assistência técnica e suporte pós-venda. A verificação da regularidade junto ao FGTS e à Justiça do Trabalho contribui para assegurar o cumprimento de direitos trabalhistas, reduzindo o risco de responsabilização subsidiária da Administração Pública.

9.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, se for o caso;

9.11. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.12. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais/Distritais ou Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.13. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Disposições gerais sobre habilitação**

9.14. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.15. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.17. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.18. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**10. DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ **382.287,83** (trezentos e oitenta e dois mil, duzentos e oitenta e sete reais e oitenta e três centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

**11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da SESED.

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas, [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Natal-RN, na data da assinatura eletrônica.

**RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Eduardo Neves da Costa , matrícula 249.399-3

Área de Contratações

**DO ACOLHIMENTO DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA**

Eduardo Franco Correia Cruz, matrícula: 112.745-4

DA APROVAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESAS

Osmir de Oliveira Monte

Secretário de Estado Adjunto da Segurança pública e da Defesa Social (SESED/RN)

Referência: Processo nº 00510050.002737/2025-14

SEI nº 40018908

APÊNDICE DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL  
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 00510050.002737/2025-14  
Documento de Formalização da Demanda SESED - CIOPAER (SEI nº 36622961)  
Setor requisitante: Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER  
Órgão a ser beneficiado: CIOPAER

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

O Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER), órgão vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social – SESED/RN, criado através do Decreto nº 16.467/12, de 12 de novembro de 2002, tem como missão a execução de operações aéreas de segurança pública, com atuação preventiva e repressiva na manutenção da ordem pública, defesa civil, busca e salvamento e transporte de enfermos e órgãos para transplantes. Para tanto, conta o CIOPAER com servidores da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil, na honrada missão de salvar e proteger vidas, na terra ou no mar, com o emprego de aeronaves.

Atuam os operadores do centro integrado principalmente na região da grande Natal e, por demanda, nas demais regiões do Rio Grande do Norte, com base única em Parnamirim. Eis que, pela própria natureza da atividade, está incutido em seu escopo o deslocamento para diversas localidades, tornando imprescindível a adoção de um veículo de muitos lugares para transporte de tropa e material.

O CIOPAER possui 02 (dois) helicópteros, um deles recém adquirido, o Potiguar 02. Com a chegada dessa aeronave, sua capacidade operativa aumentou significativamente, abrindo margens para extensão de suas atividades ordinárias em outras regiões do Estado, especialmente na Mesorregião Oeste Potiguar, que por sua vez conta com 62 municípios Contudo, tal crescimento requer investimento em formação e qualificação dos seus profissionais em razão da complexidade das atividades desenvolvidas por tais servidores.

O CIOPAER possui papel estratégico nas operações policiais de alta complexidade, abrangendo atividades que só podem ser desempenhadas com treinamento técnico-especializado como buscas, resgates, transporte de tropas, apoio aéreo aproximado, evacuação aeromédica, escoltas, operações em áreas de difícil acesso e suporte a missões policiais em ambientes urbanos e rurais. Para cumprir essa honrada missão de salvar e proteger vidas, na terra ou no mar, o CIOPAER conta com servidores da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil, utilizando o emprego de aeronaves.

Com o atual cenário de avanço da doutrina operacional e sede de aprimoramento técnico, o CIOPAER RN possui um compromisso com a aprendizagem continuada e para isso precisa frequentemente se deslocar para outras unidades públicas ou empresas para participar de instruções especializadas, necessitando de um veículo capaz de suprir a demanda logística de transporte. Atualmente a Unidade conta apenas com 3 viaturas de 5 lugares, ficando uma à disposição do Diretor, uma à disposição de missões administrativas e rotineiras constantemente utilizada, restando apenas uma para transporte de tropa e equipamentos, o que torna ainda mais urgente a demanda ora requerida.

Outrossim, o cenário contemporâneo marcado pelo aumento da violência urbana e pela necessidade de redução do tempo-resposta, a aquisição desde tipo de veículo se torna imprescindível para transporte do material carga utilizado pela Unidade Aérea em suas operações, como macas médicas, equipamentos de primeiros-socorros, equipamento de salvamento aquático e terrestre, e até materias de exposição em eventos institucionais e transporte de tropas.

É mister destacar que, atualmente, o CIOPAER não dispõe desde tipo de veículo para suprir a necessidade supracitada. Para realização de operações complexas, este Centro Integrado depende muitas vezes de apoio logístico de outras unidades, o que limita a eficiência da ação e reduz a entrega de serviços de segurança pública à sociedade, gerando impactos negativos como **restrição de disponibilidade, insegurança em ações de Defesa Social e desnivelamento de padronização e treinamento.**

Com isso, urge a necessidade de resolver os problemas de limitação da capacidade logística de transporte deste Centro Integrado de Operações Aéreas concretizando a aquisição do objeto ante citado para melhor atender as demandas internas e externas, levando a população um serviço progressista e de excelência, sendo esta a razão de nossa existência.

2. ÁREA REQUISITANTE	
Área Requisitante	Responsável
Centro Integrado de Operações Aéreas - CIOPAER	Eduardo Franco Correia Cruz - matrícula: 112.745-4

**3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO**

3.1. A contratação deverá atender, incluindo os requisitos mínimos do Termo de Referência, a proposta mais vantajosa mediante competição. Deve-se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento à necessidade garantindo-se a aquisição.

3.2. A empresa licitante arrematante deverá apresentar seu registro ou inscrição/homologação nos órgão de controle e fiscalização, em plena validade, sob pena de ser eliminada do certame.

3.3. O veículo tipo Van deve servir às atividades rotineiras e operacionais do CIOPAER, conforme necessidades administrativas.

3.4. O custo com as taxas, emolumentos, impostos, tributos e quaisquer outras despesas necessárias para a execução do objeto deverão estar inclusos no valor total da proposta.

3.5. Deverão ser cumpridos os requisitos segundo subitens abaixo:

3.5.1. **Qualidade e Confiabilidade:** A viatura a ser adquirida deve ser fabricadas por empresas reconhecidas no mercado por sua excelência em qualidade e que atendam aos padrões de segurança, eficiência e durabilidade estabelecidos pelos órgãos reguladores, como o INMETRO e a ANVISA. É crucial que a van possuam equipamentos e sistemas integrados que suportem as condições adversas de operação, incluindo terrenos acidentados, climas local e longas horas de operação contínua, sem comprometer a segurança dos operadores e dos materiais transportados.

3.5.2. **Operabilidade:** A viatura tipo Van deve ser projetadas para facilitar o manuseio e a operação pelos profissionais do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte. Os compartimentos internos devem ser organizados de forma intuitiva e ergonômica, permitindo que o transporte das cadeiras adaptadas e dos materiais de apoio seja realizado com segurança e eficiência. O layout interno deve otimizar o espaço para a equipe e os equipamentos, garantindo praticidade no deslocamento e funcionalidade nas atividades do programa.

3.5.3. **Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental:** A viatura deve incorporar práticas sustentáveis em sua fabricação e operação. É desejável que possuam motores que reduzam o consumo de combustível e as emissões de poluentes. A contratada deve também adotar processos que minimizem resíduos ao longo da cadeia produtiva, reforçando o compromisso com a preservação ambiental.

3.5.4. **Responsabilidade Social e Conformidade Legal:**A empresa fornecedora deve adotar práticas de responsabilidade social, oferecendo condições dignas e seguras de trabalho aos seus colaboradores. É essencial comprovar que não utiliza mão de obra infantil ou forçada em sua cadeia de produção e que segue integralmente as legislações trabalhistas e os princípios dos direitos humanos.

3.5.5. **Descarte e Ciclo de Vida:** O descarte adequado dos componentes das viaturas, como baterias e itens eletrônicos, deve ser garantido, promovendo a reciclagem e a destinação ambientalmente correta.

3.5.6. **Avaliação de Propostas:** A avaliação das propostas deve priorizar o equilíbrio entre qualidade, preço e conformidade com as necessidades específicas CIOPAER. A proposta mais vantajosa será aquela que, além de atender aos requisitos técnicos, considere a durabilidade, eficiência e sustentabilidade das viaturas, assegurando a melhor solução para a execução do programa e para a prestação de um serviço público inclusivo e de qualidade.

3.6. O contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos e utensílios necessários à completa utilização do veículo, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas promovendo sua substituição quando necessário.

3.7. O contratado deve disponibilizar um funcionário no ato da entrega do objeto para apresentar todos os recursos do veículo assim como apresentar sua melhor utilização.

3.8. Documentação a ser fornecida no ato da entrega:

a) 01 (um) manual de operação e de manutenção básica;

b) Relação de rede de assistência técnica no território nacional;

c) Outros manuais necessários à operação dos sistemas do veículo.

3.8.1. Obs.: Todos os documentos deverão estar redigidos em língua portuguesa.

3.9. DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO SENDO BEM DE NATUREZA COMUM

3.9.1. O objeto ora pretendido está enquadrado como sendo bem de natureza comum, visto que se pode estabelecer, por intermédio de especificações objetivas utilizadas no mercado,

padrões de qualidade e desempenho que lhe são peculiares, permitindo que se possa decidir entre os serviços ofertados pelos diversos fornecedores existentes com base no menor preço ou no maior desconto, tendo em vista que a fabricação do objeto a ser adquirido é disciplinada pelas Normas de Trânsito Brasileiras, pelas quais os fabricantes e fornecedores ultilizam os mesmos critérios, requisitos e especificações técnicas.

3.10. JUSTIFICATIVA QUANTO À INEXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL

3.10.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que o pagamento à empresa será realizado de forma integral após o recebimento do objeto contratado pela Comissão de Recebimento, mitigando a possibilidade de inadimplemento de cláusula contratual relacionado ao recebimento dos valores devidos e a não prestação do serviço. Os riscos inerentes à contratação e as respectivas tratativas foram apontados no Análise de Riscos (36887290). Considerando, portanto, o exposto, não será necessário exigir da beneficiária, nesta contratação, a garantia contratual em discussão.

3.11. JUSTIFICATIVA QUANTO À EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.11.1. Nos termos do art. 70, III, da Lei 14.133/2021, a documentação de habilitação deve restringir-se àquela “indispensável à garantia do cumprimento das obrigações” contratuais. A licitação em exame tem por objeto a aquisição de veículo automotor, trata-se de compra de bem padronizado, de fornecimento imediato ou em curto prazo, sem execução continuada de serviços especializados, sem complexidade técnica relevante e sem riscos significativos de inadimplemento contratual além da entrega do próprio bem nas condições estabelecidas.

3.11.2. Nessa hipótese, o risco principal está vinculado à capacidade do fornecedor de entregar o veículo conforme especificações técnicas e dentro do prazo, risco que já é adequadamente mitigado: (i) pela exigência de regularidade fiscal e trabalhista, (ii) pela exigência de representação legal idônea, (iii) pela definição clara das especificações do veículo no termo de referência/projeto básico e (iv) pelos mecanismos de sanção previstos na Lei 14.133/2021 (multas, impedimento de licitar, entre outros), suficientes para desestimular o inadimplemento.

3.11.3. A exigência de qualificação econômico-financeira (balanços, índices, patrimônio líquido etc.) tem por finalidade aferir a robustez econômica do licitante para contratos de maior vulto, longa duração ou elevada complexidade, nos quais uma eventual incapacidade financeira possa comprometer a execução. No caso concreto, o valor e a natureza do objeto (compra pontual de veículo) não justificam a imposição de tais requisitos, sob pena de violação aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, bem como do próprio comando do art. 70, III, que veda exigências desnecessárias ou desproporcionais.

3.11.4. De modo análogo, a qualificação técnica (atestados de capacidade técnico-operacional ou profissional) é vocacionada a comprovar experiência prévia em serviços ou obras que demandem desempenho técnico específico. Como se trata de simples fornecimento de bem com características usuais de mercado, a exigência de atestados técnicos configuraria formalismo excessivo e restrição indevida à competitividade, sem ganho efetivo para a segurança da contratação.

3.11.5. Assim, considerando: (a) a baixa complexidade e a padronização do objeto; (b) o curto prazo e a natureza pontual do fornecimento; (c) a suficiência dos demais documentos de habilitação e dos instrumentos sancionatórios já previstos em lei; e (d) o dever de limitar a habilitação ao estritamente indispensável, conclui-se pela não exigência de requisitos de qualificação econômico-financeira e técnica no presente certame, em observância ao art. 70, III, da Lei 14.133/2021, aos princípios da proporcionalidade e da competitividade e ao interesse público na ampliação do universo de potenciais fornecedores.

4. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:

O CIOPAER ao promover a presente contratação, observará os preceitos dispostos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 e no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Nesse sentido, como forma de comprar produtos e usá-los com menor impacto negativo, minimizando a poluição ou agressão exagerada ao meio ambiente, a Contratada deverá apresentar juntamente com a proposta, cópia(s) de certificação(ões) emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por outro meio de prova equivalente que durante a produção e acondicionamento dos bens fornecidos, foram cumpridas as exigências de sustentabilidade.

Ainda com o foco na sustentabilidade visando diminuir a poluição ou agressão exagerada ao meio ambiente, a Contratada deverá atender os requisitos previstos na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União - TCU orienta:

"(...) 19.2. Com efeito, é legítimo que a entidade deseje adequar suas contratações a novos parâmetros de sustentabilidade ambiental, ainda que com possíveis reflexos na economicidade da compra, devendo fazer constar expressamente do processo de contratação motivação fundamentada que justifique a escolha dessas exigências."

(...)” (Acórdão 1375/2015 Plenário, Representação, Relator Ministro Bruno Dantas, Boletim de Jurisprudência nº 84 do Tribunal de Contas da União).

Desta feita, a fim de adequar a aquisição às orientações do TCU, ainda de forma a dar cumprimento a norma acima posta, a Contratada deverá apresentar os seguintes critérios:

"Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

(...) II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

(...) § 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital."

Aliada as boas práticas relacionadas à sustentabilidade a Contratada deverá:

- a) Separar resíduos como papeis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT sobre resíduos sólidos;
- b) Separar e acondicionar as lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral em recipientes adequados para destinação específica, quando descartados;
- c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;
- d) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes;
- e) Substituir substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- f) Capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- g) Promover a reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. SOLUÇÕES DE MERCADO

Como solução para a contratação do objeto o mercado apresenta como opção:

- Eventual Adesão à Ata de Registro de Preços de outros estados do país para este objeto.

- A realização de processo licitatório para contratação de empresa que forneça o objeto requisitado (van com pelo menos 15 lugares)

5.2. DETALHAMENTO DAS ALTERNATIVAS EXISTENTES

5.3. A pesquisa de preços será realizada em cumprimento à Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, do Ministério da Economia, como referência em razão da ausência de norma estadual que discipline sobre a pesquisa mercadológica.

5.4. Serão realizadas pesquisas sobre contratações de outros estados do país para objeto idêntico ou similar, seguindo a ordem de prioridade

Foram realizadas pesquisas sobre contratações de outros estados do país para este objeto, sendo localizada 03 (três) contratações, conforme descrito na pesquisa mercadológica nº (36886912). O valor das contratações encontradas demonstram-se equiparados e mais vantajosos para Administração Pública, restando a opção de licitar.

5.5. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Após análise das alternativas para atendimento da demanda, verificou-se que a aquisição de veículo tipo Van por meio de processo licitatório constitui a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico. Essa modalidade assegura a ampla competitividade entre fornecedores, a transparência do processo e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme os princípios da economicidade e da legalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

A escolha fundamenta-se na necessidade operacional do CIOPAER/RN de dispor, a curto prazo, de veículo com capacidade ampliada de transporte de pessoal e equipamentos, garantindo maior eficiência logística, redução de custos com deslocamentos múltiplos e otimização do uso da frota existente. O levantamento de mercado demonstrou a viabilidade e a compatibilidade de preços praticados, reforçando a adequação da solução proposta às diretrizes de planejamento e gestão racional de recursos públicos.

Devido às características comuns do objeto, constatou-se por meio de pesquisa de mercado a existência de empresas fornecedoras deste tipo de veículo e que inclusive possuem contratos firmados com a administração pública, logo e optou-se pela aquisição do objeto através de processo licitatório que garanta a livre participação das empresas habilitadas e conforme preconiza a lei.

Diante dessa realidade, a realização de processo licitatório para contratação de empresa apta a aprovisionar o objeto pleiteado mostra-se à data deste estudo a alternativa mais viável técnica e economicamente para solução da demanda.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de um veículo tipo Van, com capacidade adequada para o transporte coletivo de servidores, alunos e equipamentos do Centro Integrado de Operações Aéreas do Rio Grande do Norte (CIOPAER/RN). O veículo deverá atender às especificações técnicas compatíveis com as atividades operacionais, administrativas e de instrução do grupamento, garantindo conforto, segurança e eficiência logística nos deslocamentos internos e externos.

A Van permitirá o transporte simultâneo de maior número de integrantes da unidade, substituindo o uso simultâneo de diversas viaturas menores atualmente utilizadas. Essa solução proporcionará otimização de recursos, com redução significativa do consumo de combustível, do desgaste da frota e do tempo gasto em deslocamentos, além de manter as demais viaturas disponíveis para o atendimento das demandas operacionais e administrativas de rotina.

O veículo será utilizado em missões operacionais fora da sede, apoio logístico a operações conjuntas, transporte de equipamentos e materiais de resgate, viagens para cursos e treinamentos, bem como em eventos oficiais e representações institucionais. Dessa forma, a solução abrange não apenas o transporte de pessoal, mas também o suporte às atividades finalísticas do CIOPAER/RN, contribuindo para a continuidade e eficiência dos serviços públicos de segurança aérea e terrestre prestados pelo Estado.

Assim, a solução como um todo compreende a aquisição e disponibilização de um veículo tipo Van, devidamente equipada para transporte de pessoal e materiais, de modo a atender às demandas logísticas da unidade, maximizando a eficiência operacional, reduzindo custos de manutenção e deslocamento e fortalecendo a capacidade de resposta e mobilidade institucional do CIOPAER/RN.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Considerando a necessidade do CIOPAER de aumentar sua frota de veículos, necessário se faz expor a situação atual na qual se encontra o grupamento em relação a incapacidade de transportar seu efetivo para instruções e treinamentos fora de sede, os quais são recorrente. Por se tratar de um atividade de extrema especialização, o CIOPAER RN realiza durante todo ano treinamentos, instruções e especializações fora de sede nos mais diversos locais: mar, rios, morros, picos, áreas restritas. Conforme os Relatórios Operacionais Diários - ROD preenchidos ao término de cada dia de serviço e utilizados como base de cálculo para as estatísticas do grupamento, no ano de 2025 o CIOPAER havia realizado 93 missões de treinamento, que necessitam na sua grande maioria do deslocamento de grande parte do efetivo para apoio. Posto isso, é recorrente que durante os períodos de treinamento o grupamento dependa de veículos tipo ônibus e/ou van emprestados dos Corpo de Bombeiros Militar e da Coordenadoria de Defesa da Mulher e das Minorias - CODIMM/SESED, o que limita a capacidade estratégica e operacional, uma



vez que por vezes os veículos não estão disponíveis.

Outro ponto relevante são os custos da operação, que, por se tratar de uma atividade com elevados valores, deve ser em sua máximo otimizada e realiza de forma completa no menor tempo possível, para que se evite gastos extras com um novo deslocamento aéreo para a área de treinamento. Porém, logicamente, a eficiência do tempo de treinamento depende do deslocamento do maior número de servidores, o que é um entrave para o grupamento. Atualmente o quadro de efetivo conta com 8 pilotos, 13 Operadores Aerotáticos, 4 mecânicos e 7 servidores de apoio solo, que em sua maioria devem participar dos treinamento, e se deslocarem nas viaturas disponíveis. Conforme já exposto no DFD 36622961, *"Atualmente a Unidade conta apenas com 3 viaturas de 5 lugares, ficando uma à disposição do Diretor, uma à disposição de missões adminstrativas e rotineiras, restando apenas uma para transporte de tropa e equipamentos, o que torna ainda mais urgente a demanda ora requerida."*. Considerando a utilização de 2 viaturas de 5 lugares mais uma Van de 15 lugares, totalizando 25 lugares, supriria-se minimamente o deslocamento de 32 servidores.

Ademais, juntamente com o efetivo em deslocamento, deve ir o material de apoio, como cordas, equipamento de salvamento, armamento, galão de água, mesa, cadeira, livros e manuais, dentro outros.

Diante do exposto no momento, a aquisição de um veículo com capacidade de transportar pelo menos 15 servidores mais 1 motorista deste grupamento aéreo em cada deslocamento torna-se não só um meio de locomoção, mas um processo estratégico para garantir a continuidade dos bons serviços prestados a população.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa de preços tem por objetivo a análise de viabilidade da contratação. Dessa maneira, segundo a demanda contida no DFD SESED - CIOPAER (SEI nº 36622961), verificou-se que o valor estimado da contratação conforme orçamentos disponíveis, pesquisa em fontes oficiais e projeção futura de preços, é o expresso na tabela abaixo:

ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO			
Descrição	Natureza da Despesa	Investimento	Custeio
Aquisição de veículo tipo VAN com mínimo de 15 lugares mais 1 motorista e pintura gráfica do CIOPAER.	33.90.36.28	-	R\$ 357.515,63
Subtotais	-	-	-
TOTAL DA DEMANDA			R\$ 357.515,63

8.2. A estimativa do valor da contratação tomou com base o documento SEI 40667015, cuja pesquisa de preços para a aquisição do objeto pretendido foi realizada em conformidade com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e o Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do STJ. A metodologia consistiu na busca por contratações similares feitas pela Administração Pública no último ano e pequisa direta com fornecedores do objeto, obtendo-se quatro cotações válidas com as empresas Vikings, Licitações Serviços e Transportes em favor da prefeitura do município de Foz do Iguaçu (40724096), contrato da Mabele Veiculos Especiais com a prefeitura do municipo de São João do Pacuí- MG (40724130), a cotação elaborada e enviada pela PONTANEGRA AUTOMOVEIS LTDA (40724164), e a cotação elaborada e enviada pela J M J COMERCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA (40724213) no período de 26/11/2025 a 09/04/2026 . Tentativas de cotação por meio do Paine

8.3. Para a definição do valor estimado da contratação, aplicou-se o método da média aritmética sobre os quatro preços coletados, resultando no montante de R\$ 357.515,63. A escolha dessa metodologia foi justificada pelo baixo coeficiente de variação (10%) entre os valores, que, por ser inferior a 25%, indica uma amostra de preços homogênea e sem distorções significativas. Isso demonstra que o valor médio representa fielmente a realidade do mercado para o objeto licitado, não sendo necessário excluir nenhum dos preços da análise.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, indicando se a aquisição deverá ser realizada por grupo. Contudo, o parcelamento do objeto não se aplica na presente aquisição.

Compete à administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípua da licitação, nos termos do artigo 2º do Regulamento. Nessa linha é a lição de Marçal Justen Filho:

“Como regra, as contratações promovidas pela Administração apresentam um custo. Esse custo consiste não apenas no montante de recursos públicos transferidos a terceiros. Mais que isso, o custo imposto à Administração se relaciona com a necessidade de opção entre diversas soluções mutuamente excludentes. Quando a Administração desembolsa um montante de recursos para uma contratação determinada, o referido montante não poderá ser utilizado para promover outras atividades. Por isso, existe o dever de a Administração desembolsar o menor valor possível para obter uma prestação porque isso lhe assegurará a possibilidade de desenvolver outras atividades com os recursos remanescentes. A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.” (grifou-se)

Mais adiante aduz ainda o mesmo autor:

“Proíbe-se a aplicação de recursos públicos em empreendimentos com dimensões não estimadas ou estimadas em perspectivas irreais, inexequíveis, onerosas ou não isonômicas. Não poderá ser desencadeado um empreendimento sem serem cumpridas todas as exigências prévias. Nem sequer poderá iniciar-se a licitação sem o cumprimento de tais requisitos, que se inserem na fase interna da atividade administrativa. (...) As duas finalidades básicas da etapa interna A primeira finalidade da Lei é evitar contratações administrativas defeituosas, assim entendidas aquelas que se inviabilizem ao longo da execução do objeto ou que não assegurem o aproveitamento mais eficiente dos recursos públicos. Outra finalidade legal é promover uma licitação satisfatória, reduzindo o risco de conflitos, impugnações e atrasos. A definição do contrato e a fixação das condições da licitação. Para atingir essas duas finalidades, é imperioso que a Administração identifique de modo perfeito o objeto a ser executado, a presença dos requisitos legais de admissibilidade da contratação e a conveniência da solução a ser adotada para execução do objeto contratado. Essa é a primeira etapa a ser cumprida pela Administração.”

A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes com vistas à ampliação da competitividade, princípio básico da licitação, propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

No caso em tela, o objeto da contratação será composto por 1 (um) único item: Aquisição de veículo tipo VAN com mínimo de 15 lugares e pintura gráfica do CIOPAER, não sendo, portanto, tecnicamente viável nem economicamente vantajoso o parcelamento do objeto a ser licitado. Portanto, pelas justificativas aqui apresentadas demonstram satisfatoriamente pelo NÃO PARCELAMENTO da solução, consoante ao art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/21.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente demanda não estabelece vinculação ou dependência com objeto de outro documento de formalização de demanda para a sua execução.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. ALINHAMENTO PPA 2024-2027 SESED:

- a) PROGRAMA: 0301 - SEGURANÇA PÚBLICA: CIDADANIA, INTELIGÊNCIA, GESTÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS
- b) OBJETIVO GERAL: 618 - Fortalecer o SISPRN, através da modernização da gestão e da governança e da realização de ações de cidadania, inteligência, investigação, perícia oficial, prevenção da violência e de incidentes e defesa civil.
- c) OBJETIVO ESPECÍFICO: 192 - Promover ações de cidadania e defesa social, inteligência, investigação, perícia oficial, prevenção da violência e de incidentes e defesa civil.
- d) ENTREGA: 408 - Aquisição de bens para atender as atividades do SISPRN.
- e) SUBAÇÃO: 185901 - Reestruturação do SISPRN por meio da aquisição de bens junto à SAF.

11.2. DADOS DA CONTRATAÇÃO NO PNCP:

- a) ID PCA no PNCP: 00498299000156-0-000001/2026
- b) ID do item no PCA: 156
- c) Identificador da futura contratação: 925535-79/2026
- d) Valor total previsto no PCA: R\$ 396.037,62.

12. METAS ESPECÍFICAS

- 12.1. Aquisição de um veículo tipo Van com grafismo do CIOPAER;
- 12.2. Viabilizar o deslocamento dos servidores e materiais para cursos e treinamentos externos, assim como apoiar operações por terra;
- 12.3. Facilitar a logística de transporte e aumentar o nível de segurança operacional do CIOPAER.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1. A demanda será acompanhada pela equipe técnica responsável devidamente capacitada para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, incluindo o aceite da proposta, recebimento do item e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade da compra.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Serão definidos no Termo de Referência condições que minimizam possíveis impactos ambientas, seguindo as orientações normativas que tratam de sustentabilidade em contratações públicas.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Após análise técnica e operacional do presente Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento declara-se favorável à contratação para aquisição de veículo tipo Van, considerando que a solução proposta atende integralmente às necessidades logísticas e operacionais do CIOPAER/RN, contribuindo para o aumento da eficiência e segurança das operações aéreas e terrestres. A aquisição também atende à necessidade de ampliar a capacidade de deslocamento em tropa e o transporte seguro de equipes e equipamentos em operações, treinamentos e ações integradas.

A demanda demonstra-se compatível com o planejamento institucional e orçamentário vigente, apresentando adequação técnica, custo estimado condizente com o mercado e compatíveis com as políticas públicas de segurança. Além disso, a análise de mercado confirmou a compatibilidade dos preços com os praticados por fornecedores especializados, garantindo economicidade. A despesa está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025, assegurando alinhamento ao planejamento institucional. Assim, a solução é considerada tecnicamente adequada, economicamente justificável e necessária para fortalecer a capacidade operacional do CIOPAER/RN.

16. RESPONSÁVEIS:

Natal/RN, na data da assinatura eletrônica.

William Danilo Fernandes Pires  
Matrícula: 194.145-3  
Gerente de Planejamento

ANEXO II - MINUTA CONTRATUAL



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL  
Avenida Sen. Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado, Prédio da Escola de Governo, 1º andar - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - www.defesasocial.rn.gov.br

MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 00510050.002737/2025-14

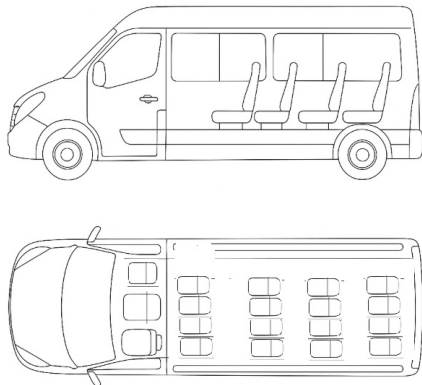
**MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026 - QUE FAZEM ENTRE SI O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL - SESED/RN E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

O Estado do Rio Grande do Norte, através da **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL** com sede no Centro Administrativo do Estado, Escola de Governo, 1º andar, BR 101, Km 0, Lagoa Nova, CEP: 59.064-901, em Natal/RN, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº **00.498.299/0001-56**, neste ato representado pelo senhor **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE**, brasileiro, casado, Delegado de Polícia Civil/RN, portador da Matrícula Funcional nº 75.477-3, nomeado para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Adjunto, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social no dia 03 de janeiro de 2019, publicado na edição nº 14.325 - DOE/RN, indicado para Ordenador de despesas pela Portaria nº 01, de 04 de janeiro de 2019, publicada no DOU de 05 de janeiro de 2019, residente e domiciliado nesta capital doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado(a) por \_\_\_\_\_ (nome e função do contratado), conforme documentos apresentados nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 00510050.002737/2025-14 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentada pelo Decreto Estadual 32.449/2023 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº **XX/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de um veículo tipo Van, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	<p>Veículo tipo Van caracterizada com grafismo do CIOPAER/RN de pelo menos 15 (quinze) lugares mais um motorista.</p> <p><b>VEÍCULO TIPO VAN DE PASSAGEIROS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Veículo com as seguintes características: Zero quilômetro, ano de fabricação igual ou superior ao ano de assinatura do contrato, motor de no mínimo 04 cilindros verticais em linha, turbo cooler, diesel ou flex, potência mínima compatível com o exigido pela atividade operacional (não abaixo de 136 cv), sistema de injeção direta, com gerenciamento eletrônico, suspensão dianteira e traseira original de fábrica, freio de serviço hidráulico de dois circuitos/disco nas rodas dianteiras e traseiras, tanque de combustível para no mínimo 70 LT;</li><li>Teto elevado e comprimento que respeite as resolução do CONTRAN,</li><li>Porta de acesso na lateral tipo corrediça. Todas as portas com dispositivo central (elétrico e mecânico) de acionamento interno para travamento/destravamento; trava elétrica das portas com telecomando na chave do veículo, originais de fábrica ou adaptado por empresa homologada pelo fabricante, inclusive na chave reserva.</li><li>Capacidade para pelo menos 15 passageiros e 1 motorista e divisória atrás da poltrona do motorista separando em 2 compartimentos. O veículo deverá possuir a configuração de capacidade de passageiros de fábrica, não sendo admitida adaptações de bancos. Poltronas individuais revestidas em courovin de alta qualidade, de forma a facilitar a higienização. Poltronas individuais com encostos <b>reclináveis</b>(dispensados aqueles alocados na última fileira).</li><li>Revestimento do piso (motorista e passageiros) com material resistente, assim como não absorvente, e lavável, na cor preta, além dos tapetes de borracha ou polivinil carbono (PVC), nos locais destinados para que ocupantes apoiem seus pés, inclusive o motorista. Em face do constante embarque e desembarque de policiais, muitas vezes em locais com lama, barro e em dias chuvosos, é necessário que a sujeira seja facilmente retirada.</li><li>Bagageiro na parte traseira do veículo, avançado sob a última fileira de bancos, com iluminação e acionamento/desligamento automático na abertura/fechamento de portas.</li><li>Isolamento termo-acústico no compartimento do motor. Equipado com protetor de cárter e câmbio. A emissão de gases deverá atender ao PROCONVE P-7 conforme resolução CONAMA nº. 342/2003 que versa sobre o controle de gases poluentes.</li><li>A suspensão dianteira deve ser do tipo independente, com barra estabilizadora; A suspensão traseira deve ser com molas originais do fabricante com amortecedores hidráulicos e barra estabilizadora, que deverão proporcionar melhor comodidade aos tripulantes durante locomoção; Câmbio com no mínimo 5 (cinco) marchas frente + ré, sistema de bloqueio de estacionamento e segurança antideslizamento;</li><li>Sistema Antitravamento de Freios (ABS) e sistema EBD (<b>Electronic Brakeforce Distribution</b>), Sistema de distribuição de força de frenagem; Sistema de controle de tração;</li><li>Air bag para o motorista e passageiro do assento disposto na cabine;</li><li>Sistema de ar condicionado completo original de fábrica (frio e quente): distribuição também para o compartimento traseiro com potência suficiente para manter a temperatura constante em todo interior do veículo; Ajuste de temperatura eletrônico.</li><li>Direção elétrica, podendo ser eletrohidráulica ou hidráulica com volante com regulagem de altura e profundidade;</li><li>Hodômetro digital;</li><li>Tacômetro (conta-giros do motor);</li><li>Sensor de estacionamento traseiro com indicação progressiva de proximidade;</li><li>Vidros elétricos dianteiros; Todos os vidros com película tipo fumê com o máximo de escurecimento permitido pelas normas no CONTRAN usando tecnologia que não permita a visibilidade completa de meio externo para o</li></ul>				

					<p>interno e com resistência mínima de 3 anos contra desgastes.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Tipo de pneu: Convencional, tendo como mínimo o perfil 60;</li><li>• Tipo de suspensão: Para uso severo.</li></ul> <p><b>DIVISÃO INTERNA:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Cabine do Motorista:</b> A cabine será equipada com o assento do motorista e mais dois assentos;</li><li>• <b>Fileira de Assentos:</b> Imediatamente atrás da cabine do motorista, seguida de quantas fileiras quanto suficiente para atender o número total de passageiros exigido. Na sequência e atrás da primeira fileira, serão instaladas as demais fileiras conforme Van convencional de passageiros.</li></ul> <p><b>Layout divisão interna:</b></p> <div></div> <p>*A ilustração não reflete a quantidade e disposição reais de assentos do objeto da contratação</p> <p><b>EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS E ACESSÓRIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Equipamentos obrigatórios de fábrica conforme o Código de Trânsito Brasileiro e legislação vigente. Cintos de segurança retrátil nos bancos dianteiros laterais, sendo o assento central do banco duplo com sistema retrátil ou abdominal. Alça de segurança interna, conforme linha de produção. Protetor de tanque. Encosto de cabeça em todos os bancos dianteiros e os assentos da tripulação. Jogo de tapete dianteiro em borracha, tipo bandeja. Na parte traseira o açoalho deverá ser de material resistente, que não rasgue ou se desgaste facilmente com o uso diário e nem com materiais pesados transportados.</li><li>• 01 (um) extintor de incêndio de ABC 04 kg com suporte para fixação.</li><li>• Kit Multimídia integrado ao painel do veículo com possibilidade de navegação em todo território nacional através de espelhamentos de aplicativos de navegação por GPS via aparelhos smartphone. Rádio AM/FM, entrada USB e Bluetooth e sistema de alto-falantes de alta qualidade distribuídos pelo veículo com 4 ou 5 canais. Os aplicativos (app) de multimídia poderão ser acessados com smartphones por meio de conectividade Carplay e Android Auto.</li><li>• Painel digital à frente do motorista e de fácil visualização com tecnologia de computador de bordo que calcule dados relevantes de navegação e consumo.</li></ul> <p><b>SISTEMA ELÉTRICO</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O sistema de geração elétrica deve ser suficiente para manter o funcionamento de todos os dispositivos eletroeletrônicos com o veículo estacionado ou em deslocamento.</li><li>• Todos os componentes eletroeletrônicos devem ser selecionados para minimizar as cargas elétricas de forma a não exceder a capacidade do sistema gerador do veículo.</li><li>• Todos os componentes e fiação do sistema elétrico devem ser facilmente acessíveis através de painéis para inspeção e manutenção.</li><li>• Todos os interruptores, indicadores e controles devem estar localizados e instalados de forma a facilitar sua remoção e manutenção.</li><li>• Se forem utilizados circuitos impressos, estes devem atender o item 5.6.3 da NBR 14.561.</li><li>• Deverá ser instalado em pontos estratégicos luzes independentes de led que cumpram toda a área do compartimento de passageiros da Van.</li><li>• Alarme sonoro de ré para pedestres.</li><li>• Baterias - uma bateria automotiva, tipo selada, de alto ciclo, sendo original do veículo.</li><li>• Iluminação interna - Deve ser fornecida no compartimento do motorista uma luz interna de led, operável pelo passageiro, quando não disponível pela montadora do veículo.</li><li>• A iluminação do compartimento traseiro deve ser por meio de luzes independentes de led</li><li>• As portas deverão conter na parte inferior iluminação de led acesas quando a porta estiver aberta</li><li>• As luzes fluorescentes do compartimento dos passageiros e transporte da tropa e material devem ser suficientes para iluminar todo o vão livre, o compartimento e os degraus das portas lateral e traseira.</li><li>• Iluminação externa com luzes originais do chassi tais como: faróis, lanternas, luz de seta, luz de placa, luz de freio e luz de ré conforme resolução do CONTRAN e Regulamentos e Códigos pertinentes</li><li>• Na parte interna de cada porta traseira deve haver uma lente do tipo reflexiva à luz (olho de gato) a fim de sinalizar quando as portas estiverem abertas.</li></ul> <p><b>Especificação do Grafismo</b></p> <p><b>Grafismo:</b></p> <p>O veículo tipo van (base comunitária), conforme especificações técnicas já descritas no Termo de Referência, deverá receber <b>personalização visual padronizada</b> com aplicação de adesivação automotiva de alta resistência, em material vinílico automotivo, resistente a intempéries, radiação solar, lavagens e variações climáticas, garantindo durabilidade mínima de 4 (quatro) anos. O vinil cast (fundido)</p> <p>A personalização deverá seguir os seguintes critérios:</p> <p><b>1. Cor Base</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O veículo será fornecido na cor <b>preta sólida</b> (original de fábrica ou pintado na cor preto fosco/liso, de padrão premium, sem bolhas, rugas ou imperfeições).</li></ul> <p><b>2. Identificação lateral (lado direito e esquerdo)</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Aplicação do texto <b>“OPERAÇÕES AÉREAS”</b>, em letras maiúsculas, cor branca, fonte sem serifa (padrão Arial ou similar), posicionado na parte lateral traseira da lataria, centralizado em altura.</li><li>• Inserção do <b>brasão institucional do CIOPAER</b>, em tamanho proporcional, aplicado em adesivo nas portas dianteiras em ambos os lados.</li><li>• Aplicação do texto <b>“CIOPAER 05”</b>, em letras maiúsculas, cor branca, centralizado em altura na parte lateral dianteira apenas na lateral direita.</li></ul> <p><b>3. Identificação traseira:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Aplicação do texto <b>“CIOPAER”</b>, em branco refletivo, centralizado na parte traseira.</li></ul> <p><b>4. Identificação dianteira:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Inserção do brasão institucional da SESED em design NEGATIVO, aplicado</li></ul>
1	Und.	01	R\$	R\$	

no centro do capô do veículo, imediatamente acima da logomarca do fabricante.

• **5. Identificação de Teto:**

- Aplicação do texto “**CIOPAER 05**”, em letras maiúsculas, cor **branca**, centralizado em altura no teto do veículo.

•

• **6. Características da Adesivação**

- Material: Vinil automotivo de alta performance, impressão com alto grau de detalhamento, resistente à abrasão, raios UV e produtos químicos utilizados em lavagens.
- Fixação: Aplicação sem emendas, sobreposição ou imperfeições visuais.
- Garantia: mínimo de **24 (vinte e quatro) meses** contra desbotamento, descolamento ou bolhas.
- A logo do CIOPAER está anexada a seguir, e deverá estar em preto e branco e apresentar todos os detalhes descritos.
- **Brasão da SESED**
- O Brasão é um elemento obrigatório em todas as viaturas caracterizadas
- O plástico adesivo representativo do Brasão da SESED tem formato de escudo
- O brasão da SESED deverá estar em preto e branco.

•



Brasão CIOPAER RN:



Brasão SESED RN





- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze)** meses, contados da sua assinatura, na forma do art. 105, da Lei nº 14.F133/2021.
- 2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**

**Condições de entrega**

- 3.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única.
- 3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado e ficará a cargo da CONTRATANTE decidir acerca do assunto, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 3.3. O local e as datas de entrega do objeto: no endereço da contratante, Avenida Sen. Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado, Prédio da Escola de Governo, 1º andar - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901, das 07h às 17h, de segunda a sexta.
- 3.4. O veículo deverá ser licenciado e emplacado em nome da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do RN - Sesed;
- 3.5. A **contratada** será responsável por realizar todo o processo de emplacamento dos veículos, incluindo taxas e serviços necessários para a regularização junto ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN-RN).
- 3.6. O veículo deverá ser entregue com placas definitivas, de acordo com a legislação vigente.
- 3.7. A entrega do objeto será feita mediante utilização de veículo próprio destinado ao transporte deste tipo de carga (caminhão “cegonha” ou guincho do tipo plataforma), sendo expressamente vedado o transporte do objeto da contratação pelo próprio meio até o local de entrega utilizando-se da tração própria do veículo.
- 3.8. Para a perfeita utilização do objeto, a empresa contratada deverá apresentar o veículo com todos os utensílios e acessórios descritos neste Termo de Referência e pronta para utilização sem que seja necessário nenhum ajuste adicional por parte da contratante.

**Especificação da garantia do serviço**

- 3.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078/1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).
- 3.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.
- 3.11. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 3.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 3.13. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 3.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição das peças que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 3.15. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 3.16. Na hipótese de inviabilidade de reparo, ou quando o veículo apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, deverá ser providenciada a substituição integral do veículo no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.
- 3.17. As peças, dispositivos ou mesmo veículos que forem substituídos durante o período de garantia terão, a partir de sua entrega, todas as garantias inicialmente previstas.
- 3.18. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 3.19. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 3.20. As substituições de peças e a mão-de-obra, quando das revisões em garantia, deverão atender às normas técnicas de fabricação, e estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias.
- 3.21. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.
- 3.22. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 3.23. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 3.24. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 3.25. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 3.26. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 3.27. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) de contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).
- 3.28. O fiscal de contrato fiscalizará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, III).
- 3.29. O fiscal de contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive o controle do saldo e da vigência contratual, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, II);
- 3.30. O fiscal de contrato notificará formalmente a contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema. (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, art. 48, X);
- 3.31. O fiscal de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção II do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.
- 3.32. O gestor de contrato deverá acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, o qual terá apoio técnico e operacional do fiscal de contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências.
- 3.33. O gestor de contrato deverá observar ainda as regras relativas a sua atuação de que trata o Título IV, Capítulo II, Seção IV, Subseção I do Decreto Estadual nº 32.449, de 2023.

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto contratual. É permitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a prestação de serviços acessórios: plotagem/grafismo, equipamentos e adaptações que contratante não possua a capacidade de realizar comprovadamente.
- 4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.4. O Contrato apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO (ART. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxx)**.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

Liquidação

- 6.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 6.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

- 6.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- 6.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo 05 dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização quanto à inadimplência do contratado.
- 6.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 6.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

- 6.9. O pagamento poderá ser efetuado no prazo de até 30 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 6.10. No caso de atraso pelo Contratante, eventuais índices de correção monetária a serem aplicados para atualização do valor deverão ser os índices de correção estabelecidos oficialmente.

Forma de pagamento

- 6.11. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.
- 6.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 6.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.14. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE (ART. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

- 8.1. São obrigações do CONTRATANTE:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Norte para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.17. Apresentar, no ato da contratação, a documentação relacionada no art. 7º da Portaria Conjunta nº 13/2021 – SEAD/SEM/JIDH/SETHAS/SEEC, que estabelece normas complementares e regulamentadoras para o cumprimento do Decreto Estadual nº 30.753/2021, que trata sobre o Programa Estadual de Aprendizagem do Rio Grande do Norte (RN APRENDIZ).

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

- 11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 12.2.4. Multa:
- 12.2.4.1. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta) dias**;
- 12.2.4.2. Moratória de **0,5% (cinco décimos por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **30 % (trinta por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, ou suplementação.
- I - O atraso superior a **60 (sessenta) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 12.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 7.1, de **10 % (dez por cento)** do valor do Contrato.
- 12.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 7.1, de **8% (oito por cento)** do valor do Contrato.
- 12.2.4.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 7.1, a multa será de **6 % (seis por cento)** do valor do Contrato.
- 12.2.4.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 7.1, a multa será de **4% (quatro por cento)** do valor do Contrato.
- 12.2.4.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 7.1, a multa será de **2 % (dois por cento)** do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo **máximo de 15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

- 12.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
  - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 12.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da lei nº 14.133/21.
- 12.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

- 13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
- 13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.7.3. Das indenizações e multas.
- 13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, constante na **Lei Orçamentária Anual - 2026**, na dotação abaixo discriminada:

Unidade Orçamentária	Função	Subfunção	Programa	Ação	Subação	Fonte	Natureza	Subelemento	Valor em R\$
21101	06	181	0301	1859	185901	0.700.0000	44.90.52	52 - Veículos de Tração Mecânica	

- 15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, **caso o contrato ultrapasse o exercício financeiro vigente**, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO (ART. 92, §1º)

- 18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Natal/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Natal/RN, na data da assinatura eletrônica.

OSMIR DE OLIVEIRA MONTE  
Secretário Adjunto da SESED/RN  
Representante legal do CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
Representante legal da CONTRATADA

Testemunhas:

Assinatura Assinatura  
SETOR DE CONTRATOS/SESED SETOR DE CONTRATOS/SESED



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL  
Avenida Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901  
Telefone: e Fax: @fax\_unidade@ - http://www.defesasocial.gov.br

ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

À SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL - CNPJ Nº 00.498.299/0001-56

Sra Pregoeira,

Seguindo os ditames do edital, apresento a Vossa Senhoria a nossa proposta para o PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2026, conforme a seguir relacionados, especificados de acordo com ANEXO I, do Edital:

As planilhas de quantitativos e custos conterão as descrições dos produtos que compõem a solução proposta, incluindo as respectivas quantidades, unidades, preços unitários e totais gerais, expressos em reais (R\$).

OBJETO DA CONTRATAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR DE REFERÊNCIA
1	Veículo tipo Van caracterizada com grafismo do CIOPAER/RN de pelo menos 15 (quinze) lugares mais um motorista, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.	Unidade	1	R\$	R\$
Total					R\$

1. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:** Será de acordo com o previsto nos itens 5.9 em diante do Termo de Referência.
2. **VALIDADE DA PROPOSTA:** Declaramos que a validade desta proposta é de 90 (noventa) dias a contar da data de sua entrega.
3. **PRAZO DE ENTREGA:** O prazo de entrega dos bens é de 90 dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única. Conforme item 5.1 do Termo de Referência.
4. **LOCAL DE ENTREGA:** No endereço da contratante, Avenida Sen. Salgado Filho, s/n, Centro Administrativo do Estado, Prédio da Escola de Governo, 1º andar - Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59064-901 das 07h às 17h, de segunda a sexta. Conforme item 5.3 do Termo de Referência.
5. **PRAZO DE PAGAMENTO:** A licitante DECLARA que acatará o pagamento da Administração conforme definido na minuta contratual, ANEXO II deste Edital.
6. **CONTA BANCÁRIA:** Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco \_\_\_\_\_, Nº \_\_\_\_\_, Agência \_\_\_\_\_ (com seus dígitos verificadores), e o nosso telefone para contato é \_\_\_\_\_, fax \_\_\_\_\_ e e-mail.
7. **DECLARO:**
- 7.1) que estão incluídas nesta proposta comercial, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, desembaraço aduaneiro, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.
- 7.2) que estou de acordo com todas as normas e condições deste Edital e seus anexos.
- 7.3) Que os serviços serão prestados conforme especificações previstas no Termo de Referência, e serão obedecidas as condições gerais e exigências previstas no Termo de Referência e Adendo.

Atenciosamente, Natal/RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

Diretor ou representante legal - RG/CPF  
Empresa ou fabricante



Documento assinado eletronicamente por **OSMIR DE OLIVEIRA MONTE**, Secretário de Estado Adjunto da Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social, em 13/05/2026, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rn.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **41268202** e o código CRC **F4ACD711**.